

01-0129/2018



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PL - PROJETO DE LEI 129/2018 DE 28/03/2018

Promovente:

Ver. EDUARDO TUMA

Ementa:

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL JARDIM CASA GRANDE INSTITUÍDA PELO DECRETO MUNICIPAL 58.155, DE 22 DE MARÇO DE 2018.

Observações:



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
**GABINETE DO VEREADOR
EDUARDO TUMA**

Folha nº 01 do Proc.
nº 01.129 de 20 18
KADEC IZIDÓRIO DE ANDRADE
RF 101.094

PROJETO DE LEI nº

PL
129/2018

"Dispõe sobre a denominação da Escola Municipal de Educação Infantil Jardim Casa Grande instituída pelo Decreto Municipal 58.155, de 22 de março de 2018".

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º. Fica denominada Escola Municipal de Educação Infantil Professora Mestre Marielle Franco, a Escola Municipal de Educação Infantil Jardim Casa Grande, instituída pelo Decreto Municipal 58.155, de 22 de março de 2018

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,


Eduardo Tuma
Vereador

- 3 MAI 2018

Cartão de Análise

Ass: _____

Segue(m) juntado(s), nesta data, _____

documento(s) rubricado(s) sob nº _____

a _____

sub nº _____

04/05/18



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
**GABINETE DO VEREADOR
EDUARDO TUMA**

Folha nº 02 do Proc.
nº 01-1209 de 20 18
KADEC IZIDÓRIO DE ANDRADE
RF 107.094

JUSTIFICATIVA

Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco (Rio de Janeiro, 27 de julho de 1979 – Rio de Janeiro, 14 de março de 2018), foi uma socióloga, feminista, militante dos direitos humanos e política brasileira. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro para a Legislatura 2017-2020, durante a eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação.

Crítica da intervenção federal no Rio de Janeiro e da Polícia Militar, denunciava constantemente abusos de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades carentes. Em 14 de março de 2018, foi assassinada a tiros.

Marielle Franco era filha de Marinete e Antonio Francisco da Silva Neto. Com criação católica, nasceu no Complexo da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, e se apresentava como "cria da Maré". Em 1990, aos 11 anos de idade, começou a trabalhar, usando o salário para ajudar a pagar os seus estudos. Posteriormente, também exerceu a função de educadora infantil em uma creche.

Em 1998, Franco deu à luz sua primeira e única filha, Luyara. Naquele mesmo ano, matriculou-se na primeira turma de pré-vestibular comunitário oferecido no Complexo da Maré. Em 2000, começou a militar pelos direitos humanos, depois de uma de suas amigas ser atingida fatalmente por uma troca de tiros entre policiais e traficantes na Maré.

Em 2002, ingressou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), estudando Ciências Sociais. Após se graduar em Ciências Sociais, concluiu um mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde defendeu a dissertação intitulada "UPP - A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro".



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
**GABINETE DO VEREADOR
EDUARDO TUMA**

Folha nº 03 do Proc.
nº 01-129 de 20 15
KADEC IZIDÓRIO DE ANDRADE
RF 101.094

Na eleição estadual carioca de 2006, Franco integrou a equipe de campanha que elegeu Marcelo Freixo à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Com a posse de Freixo, foi nomeada assessora parlamentar do deputado, trabalhando com ele por dez anos. Franco assumiu a coordenação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e, nesta posição, prestou auxílio jurídico e psicológico a familiares de vítimas de homicídios ou policiais vitimados.

Um dos casos que ela ajudou a solucionar foi o de um policial civil assassinado por um colega. De acordo com um ex-comandante da Polícia Militar que trocava informações com Franco sobre policiais mortos, "É uma bobagem dizer que não defendia policiais".

Em 2016, na sua primeira disputa eleitoral, foi eleita vereadora na capital fluminense pela coligação Mudar é Possível, formada pelo PSOL e pelo PCB. Com mais de 46 mil votos, foi a quinta candidata mais votada no município e a segunda mulher mais votada ao cargo de vereadora em todo o país.

Na Câmara Municipal, presidiu a Comissão de Defesa da Mulher e integrou uma comissão composta por quatro pessoas, cujo objetivo era monitorar a intervenção federal no Rio de Janeiro, sendo escolhida como sua relatora em 28 de fevereiro de 2018. Era crítica da intervenção federal, assim como criticava e denunciava constantemente abusos policiais e violações aos direitos humanos.

Como vereadora, Franco também trabalhou na coleta de dados sobre a violência contra as mulheres e pelo aumento na participação feminina na política. Em pouco mais de um ano, redigiu e firmou dezesseis projetos de lei, dois dos quais foram aprovados: um que regulou o serviço de mototáxi e a Lei das Casas de Parto, visando a construção desses espaços cujo objetivo era fornecer a realização de partos normais. Suas proposições legislativas buscavam garantir apoio aos direitos das mulheres, aos negros e moradores de favelas.

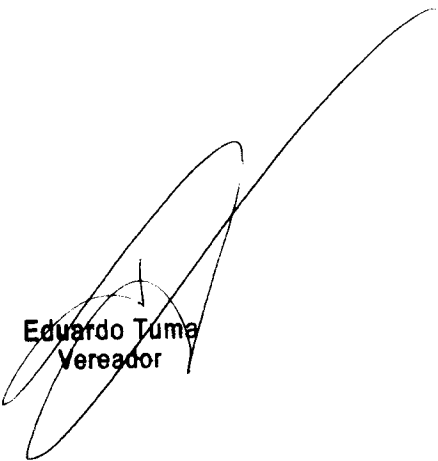


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
**GABINETE DO VEREADOR
EDUARDO TUMA**

Folha nº 04 do Proc.
nº 01.129 de 20 18
KADEC IZIDÓRIO DE ANDRADE
RF 101.094

Franco foi executada com três tiros na cabeça e um no pescoço, por volta das 21h30min de 14 de março de 2018, quando também foi assassinado Anderson Pedro Mathias Gomes, motorista do veículo em que a vereadora se encontrava.

Após ser velado na Câmara Municipal carioca, com a presença de milhares de pessoas, o corpo de Franco foi enterrado em 15 de março, no Cemitério São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro. O assassinato dela motivou reações nacionais e internacionais, como a organização de diversos protestos em todo o território brasileiro e oposição de parte dos eurodeputados à negociação econômica entre União Europeia e Mercosul. O Presidente da República, Michel Temer, afirmou que o crime era "inaceitável" e que "não ficaria impune", enquanto a Câmara dos Deputados realizou sessão solene em sua homenagem, bem como todos os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) proferiram discursos de pesar.



Eduardo Tuma
Vereador